

LÍNGUA ESCRITA: ALGUNS ASPECTOS

Elisa Campos de Quadros
Universidade Federal do Paraná

RESUMO

A grafia não é o único determinante da língua escrita. De acordo com as considerações que desenvolvemos ao longo do presente artigo, tentamos estabelecer a distinção entre língua escrita e escrita da língua.

A escrita e a fala

A escrita é um fato eminentemente humano como o é a palavra articulada, como esta serve de suporte ao pensamento, torna possível a compreensão mútua e se a finalidade própria da língua falada é tornar possível a vida social e política, a escrita se ordena com a mesma finalidade. Não podemos esquecer, ainda, que a escrita é a condição da episteme, a origem da história e a possibilidade estrutural tanto da filosofia como da ciência. Mas escrever não é a mesma coisa que falar.

Podemos facilmente comprovar o quanto a eloquência escrita difere da eloquência falada. Qualquer pessoa que tenha tido a dolorosa experiência de ouvir a gravação de um discurso seu improvisado não duvidará da diferença que separa a língua escrita da língua falada.

A língua escrita se caracteriza não tanto pelo fato de ser efetivamente escrita, mas pela intenção que presidiu a sua produção. A propriedade que ela tem de imobilizar o pensamento no tempo, conferindo-lhe a possibilidade de um presente indefinidamente renovável, modifica profundamente a atitude do falante com respeito à própria expressão. Como afirma GILSON: "aquele que escreve se dispõe a obrigar o

* Ao empregarmos o substantivo escrita nos reportamos somente ao texto graficamente representado, que constitui efetivamente a língua escrita, conforme argumentação desenvolvida ao longo do artigo.

fluxo da palavra a passar pelos estreitos caminhos que desenham as linhas traçadas pela mão num papel em branco com tinta negra. A palavra, tão livre, não aceita de bom grado sofrer esta servidão. Por isso, se a queremos obrigar, não podemos esperar fazê-lo sem dificuldades".¹

Enquanto alguns linguistas sustentam que falar é um instinto, embora Saussure, Sapir e outros o tenham negado, nunca ninguém supôs que escrever seja instinto. Quem escreve se encontra sempre numa situação muito diferente da quele que fala. Para DERRIDA, "falar é atuar, escrever é fazer".² Os dois modos de língua são diferentes porque não se expressa neles a mesma maneira de pensar. Não se pode pensar o que se escreve da mesma maneira que se pensa o que se fala. São, portanto, não somente diferentes, mas em certo sentido incompatíveis.

A fala é global e seus constituintes formam um inventário extremamente heterogêneo, porque há um número elevado de elementos não-verbais que agem como indicadores comunicativos e que contribuem efetivamente para a produção e recepção do texto.

A estrutura da língua escrita tem que se submeter a um projeto diferenciado porque resulta de um sistema próprio de apreensão do contexto comunicativo. Temos necessidade de marcar verbalmente e de forma linear todos os momentos da situação de comunicação, ordenando-os de forma lógica e seletiva. Os seus constituintes formam, por isso, um inventário muito homogêneo. O projeto de estruturação da língua escrita é a origem de sua dificuldade, pois exerce um papel modelador sobre a mensagem. A percepção desse projeto, pelo receptor, é um elemento imprescindível para esse tipo de comunicação. Não se trata, portanto, simplesmente do uso de um léxico diferenciado, mas do domínio de um estatuto particular de estruturação geral do texto.

O fato é que, ao falar, temos consciência das palavras que emitimos e de suas combinações, mas somos inconscientes das operações mentais que realizamos para isso. Quando escrevemos, ao contrário, nos vemos forçados a controlar tais operações. Entre esses dois atos de uso da língua existe algo mais que diferenças de grau e quantidade.

A língua escrita e a escrita da língua

É com base na maior complexidade da modalidade escrita relativamente à oral e, dentro da modalidade escrita,

1 GILSON, E. *Linguística y filosofía: ensaio sobre las constantes filosóficas del lenguaje*. Madrid, Gredos, 1974. p. 314.

2 DERRIDA, J. *Gramatología*. São Paulo, Perspectiva, 1973. p. 13.

do discurso dissertativo ou reflexivo, relativamente a outros tipos de discurso que definimos aqui duas noções: língua escrita e escrita da língua. Se a diferença entre língua falada e língua escrita é claramente perceptível, dado que cada modalidade se utiliza, além de outros, de recursos físicos diferenciados, é enorme a confusão que se tem estabelecido, tanto nos estudos lingüísticos, como nas atividades escolares, com relação à língua escrita e a escrita da língua.

Acreditamos haver na construção lingüística dois limites facilmente identificáveis. De um lado teríamos o diálogo, manifestação pura da fala. De outro lado, estaria o texto dissertativo, manifestação pura da escrita. Entre os dois limites, estariam outros tipos de produção, ora manifestados graficamente, mas com caráter oral e a estes chamaríamos de escrita da língua, ora produzidos oralmente, mas com o estatuto da produção escrita.

Entre os textos produzidos graficamente, mas que mantêm as características da oralidade estão os textos da literatura moderna, muitas vezes tomados pela escola como modelos de língua escrita, quando são na verdade escrita da língua. Também podem ser considerados escrita da língua os textos de divulgação popular da ciência, que pretendem de fato "falar" com o leitor, vulgarizando a linguagem científica.

Entre os textos produzidos oralmente, mas que conservam as marcas da escrita, estão determinadas comunicações formais, como conferências e discursos. É necessário observar, porém, que, mesmo assumindo características e sendo, efetivamente, produzidos num primeiro momento de forma gráfica, qualquer discurso formal, oralmente produzido, se afasta muito do que denominamos língua escrita e que corresponde ao texto dissertativo. Se assim não fosse seria praticamente impossível ao auditório captar a mensagem transmitida, porque a língua escrita em grandes textos encontra muitos entraves de oralização.

As duas realizações de língua graficamente constituídas — língua escrita e escrita da língua — possuem características próprias, com possibilidades de uso particulares e com resultados concretos diferenciados. Realizam operações, organizam e classificam elementos de acordo com normas peculiares e não é possível aplicar indistintamente a cada uma delas os termos, princípios e analogias em que se resumem.

A Lingüística e a língua escrita

Há uma tradicional herança nos estudos lingüísticos que confunde estes dois limites e que coloca a língua escrita jun-

tamente com a escrita da língua numa espécie de leprosário intralingüístico. Esta herança foi especialmente reforçada no *Curso de Lingüística Geral*.³ A maioria dos lingüistas faz referência à escrita como simples representação da fala, definindo-a como “reduplicação acidental, como secundariedade decaída”.

No capítulo VI do Curso, Saussure retoma a definição tradicional de escrita já encontrada em Platão e Aristóteles e enfatiza que a escrita ocupa um lugar subordinado em relação à fala. Sua preocupação é mostrar que “língua e escrita são sistemas distintos de signos, a única razão de ser do segundo é representar o primeiro”. E condena o prestígio da escrita, afirmando: “é como se acreditássemos que, para conhecer uma pessoa, melhor fosse contemplar-lhe a fotografia do que o rosto”. (p. 34) A mesma e tradicional comparação encontramos em ROUSSEAU: “a escrita não é senão a representação da fala; é esquisito preocupar-se mais com a determinação da imagem do que do objeto”.⁴

A tradição dessa perspectiva se perpetua na postura de muitos lingüistas modernos. E nessa polêmica, seria pertinente a indagação filosófica: a língua é fotografia do pensamento? O pensamento é fotografia. . .

O interesse científico pela escrita é uma constante na filosofia da linguagem, mas quase sempre tomado como forma de uma história da escrita. Desde Fedro de Platão, sempre houve filósofos a cuja autoridade podemos apelar para confirmar ou negar o prestígio da escrita. Talvez se pudesse escrever uma história do conhecimento apenas em função da visão que cada época teve do problema, ora valorizando a escrita, ora depreciando-a. De um lado estaria a valorização, principalmente, ligada à teologia — Deus concede os caracteres gráficos, os livros sagrados são escritos — além de ser tida como marca de cultura. De outro lado, teríamos a escrita como exploração do homem pelo homem, como técnica de opressão. Com esses dados, poderíamos até determinar aspectos significativos da visão de mundo de cada uma dessas épocas. Enquanto a escrita corresponde a um desejo de eternizar, perpetuar; a fala corresponde melhor ao mundo consumista, dada a sua fugacidade.

Rompendo com essa tradição, DERRIDA apresenta uma concepção revolucionária. Embora sem finalidade lingüística, à visão histórica da escrita, contrapõe a proposta de elaboração de uma gramatologia ou ciência da escrita. A sua preo-

3 SAUSSURE, F. Curso de lingüística geral. S. Paulo Cultural, 1971.

4 ROUSSEAU, J.J. Ensaio sobre a origem das línguas. In: *Os Pensadores*, V.XXIV. S.Paulo, Ed. Cultural, 1973, p. 173.

cupação fundamental foi mostrar os pressupostos metafísicos responsáveis pela idéia que sempre norteou os estudiosos em geral de que a escrita era como um corpo externo à linguagem, meio auxiliar de fixação.

O trabalho de Derrida é principalmente um furioso ataque às idéias de Saussure e Rousseau nesse campo. Fornece não só uma ampliação do conceito de escrita, como também estabelece até a possibilidade de ser a escrita anterior à fala. Afirma Derrida que "para saber inglês, é necessário aprendê-lo duas vezes: uma ao lê-lo e outra ao falá-lo". E que "a escrita, que deveria fixar a língua, é precisamente o que a altera. Não se mudam as palavras, mas o espírito, substitui-se a exatidão pela expressão. Expressam-se os sentimentos quando se fala e as idéias quando se escreve".⁵

Posturas reacionárias ou revolucionárias à parte, se aceitamos que a língua é um instrumento de comunicação, o lingüista terá que fixar, em primeiro lugar, as características próprias de cada um de seus usos específicos e determinar semelhanças e particularidades que separam ou aproximam esses usos. Acreditamos não ser ousado em demasia reivindicar, desse modo, uma lingüística da língua falada e uma lingüística da língua escrita.

A língua escrita e a escola

Na escola, é falaciosa a discussão sobre a necessidade de se ensinar gramática ou prática de língua. Também o é a questão de saber se os objetivos do ensino de língua materna devem contemplar a modalidade escrita ou falada. Trata-se, realmente, de uma falsa questão; é necessário ensinar tanto a prática da escrita quanto da fala e, ainda, levar o aluno à análise reflexiva das diversas modalidades de língua.

Não se pode, porém, esquecer que o treinamento reflexivo e a aprendizagem da língua escrita são de inteira responsabilidade da escola. Mas, na prática escolar, quando se propõe o estabelecimento das diferenças entre oralidade e escrita ou se confundem as duas ou acaba-se, normalmente, valorizando uma em detrimento de outra.

Desde as primeiras atividades escolares da criança com o código escrito, temos, tradicionalmente, a ênfase do treinamento motor e ortográfico, portanto, da escrita da língua, sem que outras modalidades também apareçam como modelos. Mesmo no momento da elaboração posterior de pequenos textos, nas séries iniciais, privilegiam-se a apresentação e a correção externas. A criança aprende a fabricar

5 DERRIDA, p. 17.

formas gráficas depositárias da fala, que, como formas são vazias de expressividade.

Nas séries mais avançadas, dois recursos extremados, porque vão do mais rígido formalismo à liberação quase que totalmente assistemática, constituem a prática de texto escrito. De um lado, temos a redação utilizada para demonstração de pendores literários ou de conhecimentos gramaticais:

Há um século admitia-se que, se as principais regras e definições gramaticais fossem completamente memorizadas pelos alunos, estes seriam capazes de aplicá-las beneficiando-se disso sua fala e escrita. Esta parece ter sido uma teoria errônea fundamentada numa esperança vã.⁶

Tal procedimento foi largamente empregado no passado e ainda é adotado em muitas escolas de caráter mais conservador.

De outro lado, estão as moderníssimas técnicas de criatividade que buscam a desinibição, o fluxo livre das potencialidades inconscientes, desenvolvendo principalmente o pensamento divergente. Embora os exercícios de criatividade, revestidos de um caráter lúdico, se apresentem muito atraentes, não constituem um trabalho disciplinador, reflexivo, sistemático e crítico sobre a língua.

É preciso considerar também o papel que a literatura desempenhou e desempenha nas salas de aula no ensino de língua materna. A reflexão gramatical sempre encontrou respaldo nos exemplos e nas construções modelares dos autores considerados clássicos. Ensinava-se a língua para melhor entendimento desses autores e para que fossem imitados pelos aprendizes.

Essa língua literária, tomada como modelo de bem escrever, aproximava-se, até o século passado, da modalidade de língua escrita. Com o advento da democratização do ensino e da moderna pedagogia, tomam-se, como apoio didático, os autores contemporâneos, principalmente os cronistas. Mas o modelo de língua desses autores está justamente na oralidade.

Não se trata aqui de condenar este ou aquele procedimento ou de querer a ressurreição dos mortos, mas de questionar a coerência dos procedimentos didáticos. Exige-se um padrão de língua escrita calcado em modelos clássicos e exibem-se modelos que fogem a esse padrão.

6 MARCKWARDT, A.H. *Linguística e instrução da língua materna*. In: HILL, AA. *Aspectos da linguística moderna*. São Paulo, Cultrix, 1972. p. 127.

Conclusão

Efetivamente a escola não dispõe de estratégias que expliquem de maneira pedagógica a construção total do texto escrito, principalmente o dissertativo, já que é muito pouco trabalhado em sala de aula. E a Linguística, apesar de grandes avanços nos estudos das construções transfrásticas, tem pouco a oferecer nesse campo.

A língua escrita não é mera transcrição da língua falada, constitui uma ordem de realização de língua diferente e exige um tratamento especial. É no texto dissertativo que melhor se reconhece a especificidade da escrita e que se questionam as condições de sua produção. Nele melhor se percebe “a distância que se estabelece entre a liberdade sem ordem e a ordem sem liberdade”, como afirma Gilson.⁷

É preciso compreender a língua escrita não como um estado petrificado, mas como uma conveniência de usos mais ou menos generalizados em tensão dinâmica que varia de acordo com as exigências históricas da sociedade que a rege. Não é uma enteléquia abstrata, nem um conjunto de elementos isolados, mas um sistema de signos que se estrutura com um estatuto próprio. Os elementos estruturais e funcionais desse sistema não são passíveis de aprendizado num abstrato limbo teórico, sem a contribuição de modelos e métodos apropriados.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 BORBA, F.S. Introdução aos estudos lingüísticos. São Paulo, Nacional, 1977.
- 2 DERRIDA, J. A escritura e a diferença. São Paulo, Perspectiva, 1971.
- 3 ———. Gramatologia. São Paulo, Perspectiva, 1973.
- 4 GILSON, E. Lingüística y filosofía; ensayo sobre las constantes filosóficas del lenguaje. Madrid, Gredos, 1974.
- 5 HIGOUNET, C. L'écriture. Paris, Presses Universitaires de France, 1965.
- 6 HILL, A.A. Aspectos da lingüística moderna. São Paulo, Cultrix, 1972.
- 7 LANGACKER, R.W. A linguagem e sua estrutura; alguns conceitos lingüísticos fundamentais. Petrópolis, Vozes, 1972.
- 8 MARTINET, J. La lingüística; guia alfabética. Barcelona, Anagrama, 1972.
- 9 ROUSSEAU, J.J. Ensaio sobre a origem das línguas. In: Os Pensadores. S. Paulo, Ed. Abril Cultural, 1973.
- 10 SAUSSURE, F. Curso de lingüística geral. S. Paulo, Ed. Cultrix, 1971.
- 7 GILSON, p. 328.